



Autor(es)

Arthur De Sousa Fernandes
Annie Lara Gomes Sathler Berbert
Gustavo Rodrigues Dias
Melissa Franco De Freitas
Maria Julia De Oliveira Martins
Samara Sardemberg Costa Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IPATINGA

Resumo

Este artigo aborda o dever do Estado em prover a quem quer que esteja necessitado de medicamentos, tratamentos, insumos, ou outras necessidades hospitalares e sua ajuizada facilitada pela justiça especial. Trata-se de um informativo aos cidadãos brasileiros, naturalizados e estrangeiros em território brasileiro, de seus direitos à saúde digna. Além disso, o artigo analisa o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na tentativa de qualificar a atuação do Poder Judiciário diante das demandas por tratamentos e medicamentos não ofertados pelo SUS. Conclui-se que a atuação técnica e preventiva do CNJ é fundamental para o equilíbrio entre o direito individual à saúde e a sustentabilidade do sistema público.